

CRESCIMENTO RECORDE DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO AGRO BRASILEIRO

Em 15 de dezembro de 2025, a Serasa Experian divulgou o Índice de pedidos de recuperação judicial do setor de agronegócio brasileiro, revelando um aumento recorde de aproximadamente 150%, no terceiro trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em números absolutos, foram contabilizados 628 pedidos, enquanto no terceiro trimestre 2024 foram registrados 254 pedidos.

De acordo com o Índice, os principais solicitantes de recuperação judicial foram os produtores rurais arrendatários ou de grupos econômicos e familiares, autores de 84 processos recuperacionais, seguidos das grandes propriedades, os quais registraram 69 requerimentos.

Analisando o panorama estadual, o Mato Grosso registrou a maior quantidade de pedidos, com 112 requisições. Os estados de Goiás e Paraná também tiveram destaque no Índice, com 99 e 77 pedidos, respectivamente.

Para o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Campos, os crescentes registros de recuperação judicial estão dificultando a concessão de crédito para o produtor rural, na medida em que bancos ficam mais rigorosos para liberação de recursos.

Em conclusão, o aumento recorde nos pedidos de recuperação judicial do agronegócio brasileiro é um claro indicativo da severidade das dificuldades enfrentadas por este setor vital da economia, situação que pode impactar a produção agrícola e a segurança alimentar do país.



AZUL TEM, NOS EUA, SEU PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO

Em 12 de dezembro de 2025, a Justiça Norte-Americana aprovou o plano de reestruturação de dívida apresentado pela Azul em seu Chapter 11, procedimento jurídico previsto na legislação dos EUA similar à recuperação judicial no Brasil, por meio do qual se viabiliza a superação de crises econômico-financeiras enfrentadas pelas empresas.



A companhia havia ajuizado o Chapter 11 em 28 de maio 2025, tendo sido indicado um ativo de US\$ 4,541,000,000 e um passivo de US\$ 9,575,000,000. Nesse contexto, a aprovação do plano permite que a empresa avance na reorganização de suas finanças e reduza mais de US\$ 2 bilhões em dívidas.

Para tanto, o plano converte grande parte da dívida pré-existente em ações e permite que a empresa capte recursos com a emissão de novos papéis, estratégia que contará com o apoio e investimento de até US\$ 300 milhões das companhias aéreas United Airlines e American Airlines.

IMPOSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL EM PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Em 15 de dezembro 2025, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, dar provimento ao Recurso Especial nº 2217146/SP, interposto por um Credor representado por TozziniFreire. O recurso visou a reforma do Acórdão proferido pela 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do TJSP, que havia confirmado o processamento da recuperação extrajudicial do Grupo Tech Lub com consolidação substancial, embora as devedoras tenham tido a adesão de um único credor, responsável por representar 38,85% dos créditos envolvidos no procedimento.

Para contextualização, em Primeira Instância, no âmbito da recuperação extrajudicial, o Credor apresentou diversas manifestações que indicavam graves indícios de irregularidades no procedimento. Apesar disso, a decisão de deferimento do processamento do feito, com consolidação substancial entre as empresas, foi mantida.

Em Segunda Instância, foi negando provimento ao recurso do Credor, sob o equivocado entendimento de que a consolidação substancial poderia ser deferida, apesar do expresse reconhecimento de ausência de previsão legal para a aplicação do instituto no contexto da recuperação extrajudicial.

Frente a isso, o Credor interpôs recurso especial. Durante o julgamento, o Ministro Relator Ricardo Villas Bôas Cueva sublinhou que, ao contrário do entendimento da Segunda Instância, a Lei nº 11.101/2005 não contempla a possibilidade de consolidação substancial na recuperação extrajudicial, sendo a prática restrita à recuperação judicial, com aplicações excepcionais quando existir "interconexão e confusão entre ativos ou passivos" das empresas do grupo. No mais, o Ministro Relator enfatizou que cada empresa incluída no procedimento deve demonstrar individualmente a adesão ao plano, atendendo a todos os requisitos legais, incluindo o percentual mínimo de concordância dos credores.

Diante disso, o recurso especial do Credor foi provido por unanimidade, tendo por efeito a extinção da recuperação extrajudicial do Grupo Tech Lub, além de ter sanado a omissão da jurisprudência brasileira acerca da impossibilidade de consolidação substancial em processos de recuperação extrajudicial.

IMPRORROGABILIDADE DO PRAZO DO ARTIGO 163, § 7º, DA LEI Nº 11.101/2005

Em 15 de dezembro de 2025, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento ao Recurso Especial nº 2213290/SP, interposto por um Credor representado por TozziniFreire. O recurso contestava o Acórdão proferido pela 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do TJSP, que havia confirmado o processamento da recuperação extrajudicial do Grupo Tech Lub.

Dessa vez, a problemática surgiu pelo fato de que, embora tenha ocorrido o esgotamento do prazo de 90 dias (art. 163, § 7º, da LFR), as devedoras deixaram de atingir o percentual de 50% de adesão dos créditos sujeitos ao procedimento. Mesmo assim, a Primeira Instância decidiu no sentido do deferimento do processamento do feito.

Em Segunda Instância, o recurso interposto pelo Credor teve o provimento negado.

Na sequência, o Credor interpôs recurso especial, ao qual foi dado provimento, por unanimidade. O STJ fundamentou sua decisão na expressa determinação legal de improrrogabilidade do prazo para atingimento do quórum necessário para homologação do plano. Assim, diante da ausência de preenchimento dos requisitos legais, declarou-se extinta a recuperação extrajudicial do Grupo Tech Lub.

Portanto, a decisão do STJ reforçou que o prazo do artigo supramencionado não pode ser dilatado, a fim de garantir a segurança jurídica e a proteção dos credores, destacando a necessidade de estrita aderência aos requisitos legais, promovendo um ambiente de recuperação mais transparente e equitativo.

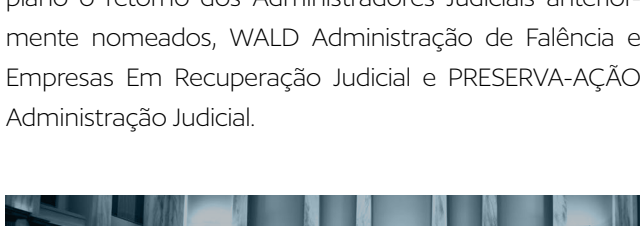


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO SUSPENDE FALÊNCIA DO GRUPO OI

A Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do RJ suspendeu, no dia 14 de novembro 2025, os efeitos da falência da Oi, decretada dias antes, em 10 de novembro 2025. A liminar decorre do recurso, interposto pelo Itaú, ainda pendente de julgamento definitivo, que tem como objetivo a revogação da decretação da falência.

Como medida protetiva, o Banco buscou a concessão de efeito suspensivo e ativo para sobrestar os efeitos da falência até o julgamento do mérito do recurso, e para o afastamento da atual administração do Grupo Oi, com sua substituição por um gestor judicial que garanta a imediata execução do plano de recuperação judicial já aprovado pelos credores e homologado pelo TJRJ.

A decisão do TJRJ designou para o cumprimento do plano o retorno dos Administradores Judiciais anteriormente nomeados, WALD Administração de Falência e Empresas Em Recuperação Judicial e PRESERVA-AÇÃO Administração Judicial.



A INVIABILIDADE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

No julgamento dos Recursos Especiais nºs 2.159.844, 2.168.624 e 2.168.628, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reafirmou que as associações e fundações sem fins lucrativos não podem ajuizar pedido de recuperação judicial. Os recursos julgados pelo STJ envolvem o caso de uma fundação que faz gestão hospitalar e tem R\$ 700 milhões de dívidas que ingressou com pedido de reestruturação judicial.

De acordo com a lógica da Lei nº 11.101/2005, associações e fundações, por sua natureza, não se enquadram no conceito das empresas que podem requerer Recuperação Judicial, exatamente por não estarem inseridas na dinâmica do mercado de lucro, focando em atividades que beneficiam a sociedade em geral.

A decisão do STJ se baseia na distinção fundamental entre entidades que têm fins lucrativos e aquelas que operam exclusivamente com objetivos sociais, culturais ou assistenciais, ressaltando que tais entidades operam com base na promoção de interesses coletivos e não para gerar lucro. Assim, não têm direito a se valer dos mecanismos de Recuperação Judicial, adequados apenas para empresas que lidam com atividades econômicas regulares. Em situações de crise financeira, associações e fundações devem buscar alternativas de gestão e reestruturação que sejam compatíveis com sua natureza jurídica.

Conclui-se, portanto, que o Superior Tribunal de Justiça adotou uma postura restritiva ao negar pedidos de Recuperação Judicial de associações e fundações sem fins lucrativos, por não se enquadrarem nas disposições da Lei nº 11.101/2005.

O STF E A INADMISSIBILIDADE DA FALÊNCIA DE EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

No julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.249.945/MG, o Supremo Tribunal Federal definiu que as empresas públicas e sociedades de economia mista não estão sujeitas às normas da Lei nº 11.101/2005, por consequência, à Falência.

A Corte validou a constitucionalidade do artigo 2º, inciso I, da LFR, reafirmando que o interesse público que motiva a criação dessas entidades as impede de se submeter aos mecanismos típicos da iniciativa privada.

De acordo com o voto do Relator, Ministro Flávio Dino, embora essas entidades operem em condições concorrenciais com empresas privadas, elas funcionam como instrumentos do Estado, em áreas que são de relevante interesse coletivo ou que envolvem segurança nacional. Consequentemente, a decretação de Falência de tais instituições poderia passar a impressão de insolvência do próprio Estado, o que contraria os princípios do ordenamento constitucional.

O STF também enfatizou que a extinção de empresas públicas e sociedades de economia mista deve ocorrer por meio de legislação específica e não com base no procedimento de Falência regulado pela LFR. Dessa forma, a criação dessas entidades durante o processo de recuperação, sua remoção do mercado deve seguir os mesmos procedimentos legais, não podendo ser resultado de uma decisão judicial de sua quebra.

Com essa determinação, o STF destaca que, ao participar da economia, o Estado retém direitos que buscam salvaguardar o interesse público relacionado à atuação dessas entidades, sublinhando a distinção entre os regimes jurídicos aplicáveis às empresas estatais e aqueles que regem as corporações privadas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA PROJETO PARA REGULARIZAR CRÉDITOS DE FIADORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados deu avanço ao Projeto de Lei nº 3742/2025, que estabelece critérios uniformes para a classificação de créditos associados a cartas de fiança nos processos de Recuperação Judicial. A proposta, que altera a LFR, visa garantir que a classificação do crédito permaneça inalterada, independentemente da data em que ocorre o pagamento da fiança.

O substitutivo, apresentado pelo relator deputado Lucas Ramos (PSB-PE), modifica apenas questões de redação do Projeto de Lei nº 3742/2025, de autoria do deputado Jonas Donizette (PSB-SP). O objetivo principal, segundo Ramos, é assegurar um tratamento igualitário para os fiadores, evitando que a data em que a fiança é paga influencie a natureza do crédito no âmbito dos procedimentos de reestruturação judicial.

Com a nova versão, o crédito do fiador manterá sua classificação original ainda que o pagamento ocorra durante o trâmite do processo de Recuperação Judicial. Isso significa

que a natureza do crédito será definida pela data de criação da dívida, e não pelo momento em que a fiança é paga.

A proposta tem o intuito de padronizar a interpretação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema. Em decisões anteriores, o Tribunal havia decidido que, caso o fiador pagasse a dívida durante o processo de recuperação, o crédito poderia ser qualificado como extraconcursal, o que confere prioridade de pagamento e exclui o valor das diretrizes do Plano de reestruturação.

Contudo, o entendimento acima se alterou, e, agora, ao saldar a dívida, o fiador assume o papel do credor original, fazendo com que o crédito seja tratado como concursal, seguindo as regras do plano de recuperação e sem prioridade.

O projeto possui caráter conclusivo e passará por análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Para ser transformado em lei, o texto precisará ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

FONAREF REALIZA 3º CONGRESSO ANUAL E AVANÇA NO APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE INSOLVÊNCIA NO BRASIL

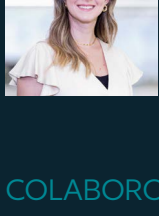
O Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref) concluiu, em 18 de novembro de 2025, seu 3º Congresso Anual, solidificando sua posição como uma plataforma vital para o aprimoramento do sistema de insolvência no Brasil. Com o tema "Concursalidade e Extraconcursalidade como Eixo Estruturante do Sistema de Insolvência", o evento, realizado no Conselho da Justiça Federal (CJF), destacou-se pela metodologia participativa e pela inclusão de contribuições do público.

Durante a abertura, o Ministro Mauro Campbell Marques, presidente do Fonaref, enfatizou a necessidade de uniformizar a interpretação das leis para promover um ambiente de negócios seguro. O congresso teve 465 inscritos, refletindo seu crescimento e relevância. A secretária-geral Clarissa Somesom Tauk apresentou também os avanços práticos do Fórum, como a proposta de alteração da Resolução 393 do CNJ e a formação de um grupo de trabalho focado na reestruturação do produtor rural.

A dinâmica do congresso foi enriquecida pela colaboração da comunidade jurídica, permitindo sugestões durante os debates, o que resultou na análise de 57 propostas em cinco comissões temáticas. Entre os temas discutidos, destacam-se a recuperação de agentes econômicos essenciais, a insolvência no agronegócio e os créditos de natureza trabalhista.

Ao final do evento, foram aprovados 17 novos enunciados que servirão como diretrizes para operadores do direito em todo o Brasil. O congresso também incluiu o lançamento do livro "Fresh Start — Rompendo o Estigma da Falência Empresarial", reafirmando o compromisso do Fonaref em promover um diálogo qualificado e inovador no campo da insolvência.

RESPONSÁVEL PELO BOLETIM:



GABRIELA MARTINES
gmartines@tozzinifreire.com.br
55 (11) 5086-5561

COLABOROU PARA ESTE BOLETIM:

Victoria de Azevedo Torres Silveira

A equipe de **Reestruturação e Insolvência** do nosso escritório se encontra à disposição para maiores esclarecimentos sobre o boletim.